

Fatores que Influenciam o Desempenho dos Alunos na Olimpíada de Educação Financeira

KLEBER NASCIMENTO DE OLIVEIRA

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

MARIANA SANTOS MARINHO

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

EMANOEL MARCOS LIMA

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar os fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas Olimpíadas de Educação Financeira. Contextualiza-se que aumentar o nível de educação financeira dos cidadãos tornou-se uma necessidade nos últimos anos, haja vista que estes se encontram cada vez mais envolvidos em atividades econômicas, em que os produtos e serviços estão se tornando mais complexos, sem mencionar a informatização, que trouxe novas formas de interação, bem como novos sistemas de pagamento ou moedas virtuais ao alcance de um clique, para citar apenas alguns exemplos. Dessa forma, a Educação Financeira tornou-se um instrumento necessário, pois a hipótese de seu uso, como fundamento, não se trata de formar especialistas, mas sim inculcar ideias, fazendo com que as pessoas entendam conceitos básicos e hábitos de ensino que lhes permitam tomar boas decisões, conhecer as oportunidades e estar atentos às consequências de cada opção. Para este estudo se utilizará a metodologia em formato de revisão bibliográfica e análise de dados, fazendo uma análise de caráter qualitativo, bem como uma investigação dos fatores decorrentes das Olimpíadas Brasileiras de Educação Financeira, que foram inseridas no Brasil durante o período de 2018-2019. Os resultados encontrados apontaram que os fatores preponderantes que influenciam o desempenho são o gênero, sendo o masculino o que apresentou a maioria das aprovações, o período de estudo, apontando o período matutino o mais indicado para a disciplina conforme observado, indicou também que as instituições privadas estão apresentando maior interesse na aplicação de Educação Financeira para seu corpo discente e que séries maiores levam vantagem no aprendizado, demonstrando maior aprovação, mas não sendo a totalidade das aprovações e medalhistas.

Palavras-chave: Olimpíada financeira, Educação Financeira, Aprendizado sobre finanças.

1 Introdução

Um dos fatores apontados nas pesquisas de endividamento está relacionado à falta de Educação Financeira (EF). A Educação Financeira tornou-se uma prioridade para as instituições públicas em todo o mundo. Órgãos como a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial, o G-20, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (CEMLA) assumiram a liderança neste tema e desenvolveram uma variedade de fóruns, pesquisas, publicações e programas para tornar a Educação Financeira um tema relevante para os governos dos países.

Da mesma forma, a Educação Financeira tem sido reconhecida internacionalmente como um elemento capaz de reduzir a exclusão social e desenvolver o sistema financeiro. Além disso, foi detectado que as pessoas desconhecem os elementos e conceitos financeiros básicos, o que leva a decisões inadequadas sobre poupanças, dívidas e investimentos que podem prejudicar o seu bem-estar familiar atual e futuro.

A Educação Financeira oferece benefícios consideráveis tanto para os indivíduos quanto para a economia como um todo, pois ajuda a desenvolver as habilidades necessárias para avaliar os riscos e considerar os ganhos potenciais de uma transação financeira; em resumo, ajuda a saber como equilibrar os lados positivos e negativos de uma situação e decidir sobre os passos a serem tomados.

No mais, a Educação Financeira beneficia os indivíduos em todas as fases das suas vidas: crianças, fazendo-os compreender o valor do dinheiro e das poupanças; jovens, preparando-os para o exercício de uma cidadania responsável; adultos, ajudando-os a planejar decisões econômicas cruciais, como a compra de uma casa ou a preparação para a reforma. Também ajuda as famílias para ajustar as suas decisões de poupança e investimento ao seu perfil de risco e necessidades, promovendo assim a confiança e estabilidade no sistema financeiro. E, ainda, encoraja o desenvolvimento de novos produtos e serviços de qualidade, concorrência e inovação financeira.

Diante de todo o esforço para melhorar a educação em todo o país e proporcionar uma melhor formação a todos os estudantes, tenta-se inserir a Educação Financeira e consolidá-la como tema curricular desde 2010 com a entrada em vigor do Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010, implementando com isso a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), mas, da mesma forma que todo o ensino caminha de forma modesta, a Educação Financeira ainda é um projeto em implantação que aos poucos vem ganhando força com ações de alguns institutos de promoção e estímulo, como a Lei municipal da cidade de Campo Grande, do Estado do Mato Grosso do Sul, n. 6.114/18, de 20 de julho de 2018, sancionada pelo atual prefeito da Capital, Marquinhos Trad, que institui o programa "Educação Financeira na Escola" nas escolas municipais de ensino (REME).

A Lei n. 5.360/19, de 1º de julho de 2019 detalha como a matéria deve ser estudada, incluindo assuntos como: o planejamento e gerenciamento, avaliação e controle da economia pessoal e familiar, com o intuito de obter informação, formação e orientação para o desenvolvimento de competências financeiras do cidadão. Esse conteúdo poderá ser elaborado pela Secretaria de Educação de Estado (SED), a ser promovido por palestras, atividades interdisciplinares diversas, e leitura e interpretações de textos com enfoque no tema. Dessa forma podemos observar o caráter inicial e complementar da implantação da Educação Financeira na vida dos estudantes no estado.

O ensino da Educação Financeira já está consolidado em muitos países, como exemplo temos a Noruega, Dinamarca, Suécia e Israel, que estão como os 4 primeiros no *ranking* global. A pesquisa mostra que a população desses países consegue organizar de forma melhor

suas finanças diminuindo de forma concreta e duradoura as desigualdades e promovendo um melhor desenvolvimento humano, ao contrário do Brasil que está apenas em 74º, de um total de 144 países, e apenas iniciando o ensino de Educação Financeira.

Diante desses aspectos, observam-se ações no Brasil, como exemplo a Olimpíada Brasileira de Educação Financeira do Distrito Federal (DF) que foi organizada por instituições de caráter público e particular com o objetivo do desenvolvimento da qualidade de educação no DF, aumento no interesse da criança e do adolescente por Educação Financeira, na integração do ensino e na promoção da inclusão social através da ampliação do conhecimento sobre a temática.

Observa-se que o ensino de Educação Financeira pode trazer muitos benefícios a gerações futuras, e as olimpíadas nacionais e regionais buscam estimular e promover o estudo da Educação Financeira nas instituições de ensino de cada estado da federação brasileira e contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Financeira no Brasil, despertando o interesse de crianças e adolescentes no aprendizado do tema, possibilitando também um melhor planejamento financeiro das famílias.

Considerando a importância da Educação Financeira, este artigo tem por objetivo identificar os fatores que influenciaram os resultados dos alunos na I Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF) em 2019.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente aborda noções gerais sobre Educação Financeira (EF) trazendo definições que demonstram que a EF procura produzir uma mudança no comportamento dos agentes econômicos, para que estes melhorem a forma como os recursos financeiros são geridos; assim, alude a autores que denotam a importância substancial dessa matéria e por meio de uma revisão teórica da temática supracitada.

Sucessivamente, serão tratados os principais fatores que influenciam o aprendizado sobre Educação Financeira (EF), o que incluirá a abordagem sobre os benefícios da EF, e sua aplicação concentrada na América Latina, em especial no Brasil no âmbito nacional e, em seu âmbito regional, delinea-se como se aplicou e se procede a legislação sobre Educação Financeira (EF) na cidade de Campo Grande, localizada no Estado do Mato Grosso do Sul (MS).

Em última análise encontra-se o objeto-estudo deste artigo: será investigado como estão consolidadas as Olimpíadas Brasileiras de Educação Financeira (OBEF), e se estas atendem aos objetivos propostos para melhora considerável e satisfatória da EF no país.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Noções gerais sobre educação financeira

Uma das definições mais amplamente aceitas de Educação Financeira (EF) é a dada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005, p. 13), que a define como "o processo pelo qual investidores e consumidores financeiros melhoram sua compreensão dos produtos financeiros", que envolve os "conceitos, riscos e benefícios e, através da informação ou instrução, desenvolvem habilidades que lhes permitem tomar melhores decisões, levando a um maior bem-estar econômico".

Para Cartagena (2008, p. 3), é o "meio que permite a melhoria do bem-estar da população, promovendo que os usuários do SF [Sistema Financeiro] (tanto clientes ativos como usuários potenciais) possam tomar decisões financeiras mais bem informadas".

Conforme Soares (2017), um dos mais importantes e pioneiros autores sobre o tema da Educação Financeira é Douglas Bernheim que, juntamente com Garrett e Maki, em 2001,

apontou que a educação precoce sobre conceitos financeiros pode levar a uma melhoria das decisões que são tomadas em longo prazo com questões relacionadas às finanças.

Por sua vez, Coates (2009) comenta que cidadãos mais bem preparados e informados que tomam decisões econômicas e financeiras sólidas contribuem para a estabilidade macroeconômica, que é um requisito para um ambiente propício ao crescimento e ao desenvolvimento de um país.

Para Lusardi e Mitchell (2011), as crises financeiras indicam que a má tomada de decisões financeiras pode ter custos substanciais, não só para os indivíduos, mas também para a sociedade em geral.

O Sistema Financeiro Nacional (SFN *apud* Bassil, 2018) considera que a Educação Financeira é uma prioridade, pois ajuda a promover uma cultura de poupança e a criar as condições para uma maior inclusão financeira das pessoas pobres. Além disso, favorece uma maior e melhor utilização dos serviços financeiros formais, o que oferece benefícios para os indivíduos, as instituições financeiras e a economia como um todo. Isto permite que as pessoas tomem melhores decisões em relação às suas finanças e, idealmente, aperfeiçoem o seu nível de vida. Desta forma, a Educação Financeira pode ser vista como uma ferramenta para ajudar a promover a estabilidade e o crescimento econômico dos indivíduos, das empresas e, conseqüentemente, do país.

O trabalho de investigação realizado por Garay (2015) mostrou que existe uma relação direta entre a literacia financeira e a sua influência positiva nas decisões econômicas, bem como na acumulação de riqueza e bem-estar econômico-financeiro, mostrando uma tendência para moderar o consumo.

Lusardi (2008), Rooij, Lusardi e Alessie (2011) e Hilgert, Hogarth e Beverly (2003) mencionam que os instrumentos financeiros se tornaram cada vez mais complexos e sofisticados e que o acesso ao crédito é mais fácil do que antes. É por isso que as pessoas devem ter uma Educação Financeira que lhes permita tomar as melhores decisões nesta área. Hoje, os indivíduos precisam de habilidades financeiras porque suas decisões estão relacionadas à poupança, planejamento de aposentadoria ou escolha de um crédito.

Do mesmo modo, Lusardi e Tufano (2009) argumentam que o rápido crescimento da dívida das famílias e a sua relação com a atual crise financeira levanta a questão de saber se a falta de conhecimentos financeiros dos indivíduos os levou a contrair hipotecas e a contrair dívidas com cartão de crédito que não podiam pagar. Por outro lado, os cartões de crédito são um instrumento que permite aos comerciantes serem cobrados por suas vendas sem dinheiro e aos clientes serem creditados por suas compras contra o saldo da sua própria conta ou contra o crédito contratado em uma instituição financeira.

A Educação Financeira afeta a tomada de decisões financeiras, e a ignorância de conceitos financeiros básicos podem estar ligadas à falta de planejamento, à falta de participação no mercado de ações e ao mau comportamento em termos de endividamento (Lusardi, 2008).

A Educação Financeira não é apenas necessária para obter acesso ao crédito, mas também para poder utilizá-lo adequadamente (Coates, 2009). O crédito é um meio de abrir oportunidades como o acesso à casa própria e a bens de consumo duráveis (Marshall, 2014), mas a utilização destes instrumentos financeiros implica custos e riscos que devem ser considerados, e é por isso que, quando são tomadas decisões financeiras, existe a possibilidade de se cometer erros e enfrentar contingências inesperadas.

A vulnerabilidade financeira e o endividamento podem surgir como consequência de uma decisão errada, com implicações muito relevantes para as pessoas envolvidas, assim, o objetivo da Educação Financeira é reduzir a probabilidade de as pessoas cometerem tais erros e falharem. Pessoas com níveis superiores de Educação Financeira são capazes de tomar

melhores decisões financeiras e fazer uso apropriado dos seus cartões de crédito (Lusardi & Scheresberg, 2013).

2.2 Estudos sobre educação financeira

Lusardi e Tufano (2009) estudaram a capacidade dos consumidores em compreender como funcionam as taxas de juros e tomar decisões simples sobre a contração de empréstimos. Neste estudo concluíram que as pessoas com níveis mais baixos de Educação Financeira têm mais probabilidade de dizer que estão sobre-endividadas, o que é consistente com o estudo de Stango e Zinman (2009), que determinaram que aqueles que não podem calcular corretamente as taxas de juros sobre o crédito estão mais endividadas.

Em relação à Educação Financeira e ao uso de cartões de crédito, em uma pesquisa onde foram entrevistadas mais de 150.000 pessoas em 140 países do mundo, incluindo Canadá, Japão, Itália, Reino Unido, Estados Unidos, verificou-se que, nas economias dos países desenvolvidos, 51% dos adultos utilizam um cartão de crédito e 68% desta porcentagem carecem de informação financeira. Ao contrário das grandes economias emergentes, apenas 11% dos adultos usam cartão de crédito e 70% destes não têm Educação Financeira (Klapper, Lusardi, & Oudheusden, 2015). Os cartões de crédito estão a ganhar popularidade em muitos países emergentes, mas a falta de conhecimento dos conceitos financeiros está presente entre os seus habitantes.

Da mesma forma, Gathergood (2012) e Disney e Gathergood (2011) mostraram que a população de usuários de cartões de crédito com baixos níveis de Educação Financeira está relacionada à dívida, uma vez que utilizam crédito de alto custo. Os mesmos autores, em um estudo realizado em 2013 com chefes de família no Reino Unido, observaram que as pessoas com menor literacia financeira têm crédito de alto custo porque não compreendem os principais conceitos financeiros do mercado de crédito.

2.3 Importâncias sobre educação financeira

A literatura sobre a medição dos níveis de educação, alfabetização e capacidade financeira da população e a incidência de variáveis socioeconômicas tem crescido. Estudos pioneiros determinaram que a população tem baixos níveis de Educação Financeira (Volpe, Kotel, & Chen, 2002; Atkinson, McKay, Collard, & Kempso, 2007; Hung, Parker, & Joanne, 2009; Jappelli, 2010; Almenberg & Säve-Söderbergh, 2011; Atkinson & Messy, 2012; Lusardi & Mitchell, 2011). A literatura revisada identifica que o instrumento mais apropriado para a coleta de informações é a pesquisa. Isto tem dois objetivos: primeiro, avaliar o conhecimento e a compreensão dos entrevistados sobre termos financeiros e sua capacidade de aplicar conceitos financeiros a situações particulares, disponíveis para os EUA, Alemanha, Reino Unido, Canadá, Holanda, América Latina, Taiwan, Tunísia, Índia e outros países; e segundo, para que os entrevistados avaliem por si próprios seu entendimento financeiro e sua capacidade de abordar questões financeiras, disponíveis para os EUA, Reino Unido e outros países.

Durante a última década, consoante elucidado por Costa (2014) em seu estudo intitulado *A classe média no Brasil: crescimento e vulnerabilidade*, denota-se que a economia mostrou um crescimento sustentado que resultou em um aumento da sua classe média. Apesar destes avanços, os níveis de pobreza e desigualdade também continuam elevados e a exclusão financeira continua a afetar setores tanto da população urbana como rural, o que pode dificultar o futuro desenvolvimento econômico e social da região.

Por outro lado, o crescimento econômico traz consigo a necessidade de as pessoas saberem gerir as suas finanças pessoais e se beneficiarem de mercados financeiros mais desenvolvidos. Neste sentido, as iniciativas de Educação Financeira podem tornar-se um importante complemento aos processos de inclusão financeira e às medidas de redução da pobreza. Consequentemente, as autoridades públicas da região Nordeste desenvolveram programas que se baseiam na complementaridade entre Educação Financeira, inclusão e desenvolvimento do capital social (Lana, 2013).

De acordo com Ferreira (2017), a EF deve se concentrar em dois grupos: pessoas ligadas e não ligadas ao setor financeiro; o autor parte da premissa que informações sobre a EF são uma questão de equidade.

Por sua vez, Gómez (2009) acrescenta que o ensino de EF orienta tanto pessoas de renda baixa como aquelas que possuem uma renda alta, tornam-se muito importante devido a várias razões, incluindo: 1) ser essencial que os consumidores financeiros tomem maior consciência das suas decisões de crédito e possuam um melhor conhecimento dos produtos financeiros que adquirem; 2) a EF facilita a mobilização da poupança; 3) há a prestação de múltiplos serviços oferecidos; (4) melhora o conhecimento entre as pessoas pobres sobre as vantagens das microfinanças; e 5) a EF pode ajudar a construir confiança deste grupo de clientes potenciais para os intermediários financeiros.

Além do acima exposto, se reconhece que através da Educação Financeira há uma melhor mobilização da poupança, permitindo um maior aprofundamento financeiro do país com os efeitos positivos que isso tem sobre o desenvolvimento econômico; da mesma forma Moury (2007) menciona que uma maior inclusão financeira pode contribuir para a redução da pobreza através da acumulação de ativos financeiros.

Os benefícios da EF também podem ser estendidos para a economia em geral. A Educação Financeira (EF) pode promover as competências necessárias para decisões informadas e apropriadas, assim como fornecer ferramentas para que as pessoas tenham a capacidade de defender os seus direitos como consumidores financeiros.

Por outro lado, os cidadãos com cultura financeira serão mais capazes de compreender as políticas econômicas e sociais adotadas nas suas economias. Este aspecto "cívico" da Educação Financeira, vista como um componente importante do capital humano, é destacado por decisões políticas em economias emergentes, como as da América Latina. O acima exposto baseia-se na ideia de que os consumidores mais instruídos e informados irão tomar melhores decisões financeiras ao longo das suas vidas, o que, no seu conjunto, favorece a estabilidade e o desenvolvimento do sistema financeiro (Grifoni & Messy, 2012).

Contudo, a Educação Financeira é um processo necessário, mas não suficiente para capacitar os consumidores financeiros, e é frequentemente um componente de uma série de políticas que constituem o quadro para a participação dos indivíduos no mercado financeiro, que é composto de EF, inclusão financeira e proteção ao consumidor financeiro. A Educação Financeira (EF) pode ajudar a reduzir as barreiras à procura de inclusão financeira. Nesta medida, a EF pode aumentar o conhecimento e compreensão dos produtos e serviços financeiros e, como tal, promover a procura e a sua utilização eficaz. Quando se trata de proteger o consumidor financeiro, a EF pode proporcionar às pessoas o conhecimento dos seus direitos e a compreensão das obrigações das instituições financeiras, que é um importante complemento à regulação dos mercados financeiros e às intervenções públicas neste setor (Grifoni & Messy, 2012).

2.4 Políticas públicas de educação financeira

Com relação ao cenário nacional do Brasil, a Educação Financeira (EF) tenta ser inserida e se consolidar como tema curricular desde 2010 com a entrada em vigor do Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010, implementando com isso a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), mas, da mesma forma que todo o ensino caminha de forma modesta, a Educação Financeira (EF) ainda é um projeto em implantação que aos poucos vem ganhando força com ações de alguns institutos de promoção e estímulo. Justifica-se, segundo Brito, Baptista, Silva, Braz e Henrique (2012), como sendo um incentivo de instituições públicas e privadas que visam à difusão do conhecimento relativo ao investimento sobre finança, pelo qual se oferecem condições que sejam suficientes para que os indivíduos consigam gerir seu próprio orçamento de forma que seja satisfatório.

A Lei n. 5.360, de 1º de julho de 2019, detalha como a matéria sobre Educação Financeira deve ser estudada, assim inclui assuntos como: o planejamento e gerenciamento, avaliação e controle da economia pessoal e familiar, com o intuito de obter informação, formação e orientação para o desenvolvimento de competências financeiras do cidadão. Esse conteúdo poderá ser elaborado pela Secretaria de Educação de Estado (SED), a ser promovido por palestras, atividades interdisciplinares diversas, e leitura e interpretações de textos com enfoque no tema. Dessa forma podemos observar o caráter inicial e complementar de implantação da Educação Financeira na vida dos estudantes no estado.

É importante salientar a existência da elevada desigualdade social no país, onde se estima que quase um terço da população da América Latina seja pobre (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE], 2011). O principal desafio para a América Latina é, portanto, reduzir as desigualdades sociais sem negligenciar a dinâmica de desenvolvimento e crescimento econômico, reduzindo efetivamente a concentração de renda e obtendo melhores resultados em termos dos componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Neste contexto, a capacidade dos setores de baixa renda de aproveitar novas oportunidades depende criticamente de suas habilidades, incluindo a Educação Financeira (OCDE, 2010). De fato, a Educação Financeira é uma das ferramentas políticas atualmente praticadas pelos governos latino-americanos que permite desenvolver as habilidades necessárias em sua população.

2.5 Olimpíada Brasileira de Educação Financeira

A Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF) começou como um projeto chamado "Educação financeira para toda vida" desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que tomou forma depois de um curso ministrado pelo professor da Universidade Federal da Paraíba no ano de 2008 e, durante esse curso, o docente observou a dificuldade dos jovens no assunto abordado e mais ainda em administrar seu próprio dinheiro, percebendo que precisava melhorar isso na vida não só dos jovens, mas sim de cada cidadão brasileiro. O projeto tem como objetivo

Fomentar e incentivar o estudo da Educação Financeira nas instituições de ensino de todo o território brasileiro, apoiar para a melhoria da qualidade da Educação no Brasil, Contribuir nacionalmente para a integração de toda a rede de ensino sendo ela pública ou privada, Promover a inclusão social através do conhecimento da educação financeira, Fornecer informações para o desenvolvimento de políticas públicas, no

sentido de minimizar os problemas financeiros existentes na nossa sociedade, para as futuras gerações. (Edital I-OBEF, 2019, p. 1).

Dos 26 estados da confederação brasileira, 13 deles participaram da 1ª Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF), que tinha como público alvo todos os alunos com escolaridade do 2º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio, podendo ser de escola pública ou privada e tendo como exigência que os alunos estivessem regularmente matriculados nas suas instituições.

A prova é dividida em três fases: primeira fase sendo ela local; segunda fase sendo ela estadual; e terceira fase sendo ela nacional; e é subdividida em cinco níveis: primeiro nível - alunos do 2º ano ao 3º ano do ensino fundamental I; segundo nível - alunos do 4º ano ao 5º ano do ensino fundamental I; terceiro nível - alunos do 6º ano ao 7º ano do ensino fundamental II; quarto nível - alunos do 8º ano ao 9º ano do ensino fundamental II; e quinto nível - alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio.

A prova aborda os seguintes conteúdos: Produção e consumo, Orçamento pessoal e familiar, Planejamento Financeiro, Custos, despesas, receitas, preço e lucro, Conceitos de Educação Financeira, Investimento, Gastos domésticos, Gastos pessoais, Cartão de crédito, Uso do crédito, Fluxo de caixa, Moeda, Valor do dinheiro no tempo, Juros, Capital, Montante, Desconto, Amortização e Cooperativismo de crédito.

O ponto de partida para instituição dos programas de Olimpíadas em Educação Financeira no país parte da definição do conceito de educação financeira e, deste modo, de um processo que visa promover a melhoria da compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros e ações para sua aplicação, sendo compreendidos por três aspectos fundamentais: 1) aquisição de conhecimentos e compreensão das finanças; 2) desenvolvimento de competências financeiras, ou seja, a capacidade de utilizar os conhecimentos em benefício próprio; 3) exercício da responsabilidade financeira, ou seja, a gestão adequada das próprias finanças, fazendo escolhas informadas, com conhecimento dos riscos envolvidos (Santana, 2014).

A Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF) é direcionada para alunos do 2º ano fundamental até o 3º ano do ensino médio, abrangendo assim uma boa faixa etária para motivar o conhecimento da educação financeira e fazer o acompanhamento do aprendizado desses alunos.

Através da aplicação da prova, os alunos são incentivados a estudar mais sobre o assunto, fazendo a difusão do conhecimento e assim promovendo a inclusão social de todos os alunos. Além disso, a constante expansão e complexidade crescente da oferta de produtos financeiros coloca, por vezes, o utilizador em uma posição vulnerável. Como se vê, a importância da educação financeira não se limita aos adultos, por isso é necessário o incentivo aos jovens, que já são, ou serão em breve, usuários de serviços financeiros.

A Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF) é uma forma de estimular e promover o estudo financeiro na vida dos alunos, podendo no futuro auxiliá-los a tomar decisões conscientes sobre o que fazer com o seu dinheiro e prepará-los para não cair na armadilha do endividamento precoce num país considerado capitalista.

3 Metodologia

Para a realização deste trabalho foram coletadas as informações literárias disponíveis, como: artigos, livros e outras que tenham abordado o tema de estudo, comparando os dados levantados nesses estudos com os resultados obtidos na Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF).

Conforme Oliveira (1987, p. 117) com a pesquisa qualitativa:

Busca-se descrever a complexidade de uma hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo permitir em maior grau de profundidade, a interpretação e as particularidades dos comprometimentos ou atitudes dos indivíduos.

Os dados foram coletados junto à Coordenação Regional da Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF) e serão analisados de maneira a apresentar de forma percentual as informações julgadas importantes para análise e interpretação, permitindo o desenvolvimento e o alcance do objetivo apresentado.

Desta forma, esta pesquisa classifica-se como qualitativa, pois tem como foco a análise dos dados dos resultados da Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF), buscando concentrarem-se nos resultados obtidos pelos participantes e suas variações.

4 Apresentação e Análise dos Resultados

Melhorar o nível de educação financeira dos cidadãos é essencial porque os ajuda a tomar as decisões certas e a evitar riscos, mas além do interesse pessoal, esse esforço beneficia a sociedade como um todo porque promove o consumo responsável, a inclusão financeira, a proteção ao consumidor e a estabilidade do sistema. Para alcançar este objetivo é essencial que todas as instituições estejam envolvidas, dispo de meios e recursos necessários, bem como estejam envolvidas com a contribuição de outras entidades públicas e privadas.

Como se observa, a Educação Financeira é uma oportunidade para todos os cidadãos, porque permite gerenciar mais instrumentos de tomada de decisões. Para as instituições e organizações amplia a cultura financeira e favorece a estabilidade do sistema. No Brasil, as instituições financeiras e programas advindos das Universidades Federais têm canalizado esforços institucionais para o aumento da educação financeira. Neste contexto, reforçam o compromisso estatal, financiando esses programas para gerar sensibilidade e interesse nas finanças entre os cidadãos.

Dessa forma, se pode concluir, apesar do escasso material teórico sobre o assunto que, com a introdução das Olimpíadas de Educação Financeira, há um estímulo positivo no desempenho dos alunos, já que permite ensinar jovens e adultos sobre a importância de conhecer o valor do dinheiro e as suas diferentes apresentações, bem como a forma de consumir, consciente e responsabilmente, os diferentes comportamentos econômicos e as diferentes formas de gerar renda, assim como o valor do esforço para atingir as metas desejadas e os valores éticos que inspiram o bom uso do dinheiro, e tudo isto se solidifica a partir da inspiração de valores de responsabilidade, honestidade, trabalho em equipe, esforço e solidariedade.

4.1 I Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF)

A 1º Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF) foi elaborada pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Departamento de Finanças e Contabilidade (DFC) e do Projeto de Extensão Educação Financeira para Toda Vida da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a prova foi aberta para ser realizada em todos os estados, mas por ser a primeira edição, e muitas escolas ainda não sabem lidar nem abordar o conteúdo, devido a

isso, ao todo, o Distrito Federal e 13 estados fizeram parte da realização da prova, sendo eles os estados do Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo.

A OBEF teve as inscrições gratuitas, foram divididas em 3 etapas e subdivididas em 5 níveis conforme o grau de escolaridade dos alunos: a 1ª etapa, sendo ela local e aplicada nas instituições inscritas em que os alunos estudam; a prova foi composta por 10 questões para o nível 1 e 15 questões para os níveis 2, 3, 4 e 5, cada questão equivalendo a 1 ponto totalizando dez de dez no 1º nível, e quinze de quinze nos demais níveis.

A prova da 1ª etapa foi realizada no dia 20/08/2019 no turno optante pela coordenadoria Local que estava responsável pela aplicação da prova que teve duração de 2h00min (duas horas), sendo corrigidas pela equipe responsável da coordenação estadual, seguindo as instruções e os gabaritos elaborados pela coordenação nacional.

A 2ª etapa foi Estadual e as inscrições foram feitas automaticamente seguindo alguns critérios exigidos tais como: só passariam para a segunda fase os alunos que acertassem 75% da primeira prova, ou até 30% do número de inscritos da primeira fase.

A prova da 2ª etapa foi distribuída em questões objetivas e subjetivas e composta no 1º nível com total de 15 questões sendo 12 questões objetivas e 3 subjetivas, para os níveis 2, 3, 4 e 5 foram um total de 20 questões sendo 15 questões objetivas e 5 subjetivas. A aplicação da prova teve duração de 3h00min (três horas) e foi realizada no dia 05/10/2019 no período das 9h às 12 horas em cada estado participante.

A 3ª etapa foi Nacional e só puderam realizar a prova os medalhistas, ouro, prata e bronze, de cada nível da fase estadual. A prova foi distribuída em questões objetivas e subjetivas e, para o 1º nível, foram no total de 20 questões sendo 17 questões objetivas e 3 questões subjetivas, e para os níveis 2, 3, 4 e 5 foram no total de 25 questões sendo 20 questões objetivas e 5 questões subjetivas. E a prova foi realizada no dia 09/11/2019 no período das 9h às 12 horas tendo duração de 3h00min (três horas), sendo realizada no local definido pelo estado organizador.

Através dos dados coletados, observa-se que os alunos de escolas privadas tiveram uma participação muito maior (70% dos alunos que participaram foram de escola particular) e, com isso, rendimento proporcional bem melhor em todos os níveis, em comparação aos alunos de escola pública. No entanto, sem levar em consideração a desigualdade de números, percebeu-se que tais escolas apresentam um maior interesse em fomentar Educação Financeira e uma melhor qualidade de ensino, podendo-se dizer, com isso, que oferecem maiores oportunidades na disputa das Olimpíadas de seu corpo discente.

Tabela 1

Total de alunos participantes da prova

Total: ESCOLA PÚBLICA	Total: ESCOLA PRIVADA	Total: ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS	PORCENTAGEM (%) ESCOLA PRIVADA	PORCENTAGEM (%) ESCOLA PÚBLICA
254 ALUNOS	603 ALUNOS	857 ALUNOS	70,36%	29,63%

Conforme tabela 1, observa-se que o interesse das escolas privadas nas olimpíadas foi maior que o das escolas pública, mostrando com isso que institutos particulares de ensino já internalizaram a necessidade do ensino de educação financeira e esse fato fica assinalado nos resultados, fato demonstrado nas tabelas a seguir:

Tabela 2

Total de alunos participantes da prova por escola.

Nome;	Escola;	Nível; 1	Nível; 2	Nível; 3	Nível; 4	Nível; 5	TOTAL
E.E. Luiz Soares	Pública	31	31	29	30	18	139
FUNLEC	Privada	-	-	-	-	41	41
E.E. Nova Itamarati	Pública	-	-	80	10	-	90
E.E. Sidrônio Antônio de Andrade	Pública	-	-	-	-	66	66
Gappe	Privada	-	4	16	12	x	32
Status	Privada	112	92	115	95	116	530
Total		143	127	240	147	241	898

Como descrito na tabela 1, a tabela 2 vem corroborar e demonstrar de forma mais específica o maior interesse das escolas particulares frente o interesse das escolas publicas. Com números concretos e explicita a alocação dos alunos de entidades particulares em todos os níveis, diferentemente com o que ocorre com escolas publica, que em apenas um caso conseguiu alocar alunos em todos os níveis.

Tabela 3

Comparativo de aproveitamento do nível 1

Nível - 1										
Total de Inscrito	Total de Aprovado	% de Gênero		Período de Estudo		Escola		Serie		Medalhistas
		Masculino	Feminino	Vesp.	Mat.	Pub.	Priv.	2ª Ano Fundamental	3ª Ano Fundamental	
143	16,78%	50%	50%	41,66%	58,33%	0%	100%	29,17%	70,83%	2
										8,33%

Observa-se, de acordo com a Tabela 3, que o índice de aprovação foi de 16,78% e que houve igualdade na questão de gênero. No que diz respeito ao turno, verifica-se melhor aproveitamento dos alunos do período matutino, sendo que a totalidade dos aprovados foi de escolas privadas. Com relação ao turno, os resultados evidenciam maior aprovação dos alunos do 3º ano, sendo considerado um resultado esperado em virtude do nível mais elevado de conhecimento desses alunos em relação aos alunos do 2º ano. Do total de inscritos, 2 alunos foram medalhistas nacional, aos quais as essas medalhistas são de gênero feminino, contrariando a maior ocorrência do contrario, de turno vespertino e de escola particular do terceiro ano, conforme prescreveu-se na maioria.

Tabela 4

Comparativo de aproveitamento do nível 2

Nível - 2										
Total de Inscrito	Total de Aprovado	% de Gênero		Período de Estudo		Escola		Serie		Medalhistas
		Masculino	Feminino	Vesp.	Mat.	Pub.	Priv.	4ª Ano Fundamental	5ª Ano Fundamental	
127	10,58%	75%	25%	50%	50%	0%	100%	41,67%	58,33%	2
										16,67%

Conforme a Tabela 4, o índice de aprovação foi de 10,58% demonstrando uma preponderância na questão de gênero para o masculino. No entanto ao turno, verifica-se uma igualdade no aproveitamento dos alunos do período matutino e vespertino, sendo que a totalidade dos aprovados foi de escolas privadas. Com relação aos medalhistas nacionais, foi observado que os dois são de escolas privadas, de gênero masculino e período matutino, havendo uma igualdade com relação a diferenciação das series, pois ocorreu um medalhista de cada ano, contrariando o que foi observado nos outros níveis.

Tabela 5
Comparativo de aproveitamento do nível 3

Nível – 3										
Total de Inscrito	Total de Aprovado	% de Gênero		Período de Estudo		Escola		Serie		Medalhistas
		Masculino	Feminino	Vesp.	Mat.	Pub.	Priv.	6ª Ano Fundamental	7ª Ano Fundamental	
240	10,58%	60%	40%	33,33%	66,67%	0%	100%	13,33%	86,67%	0

Na Tabela 5, confirma-se o ocorrido em preponderância nos níveis, com 10,58% do total de aprovados confirmou-se maioria masculina, escola privada e series maiores (7ª ano) e período matutino, não ocorrendo medalhistas nacionais nesse nível.

Tabela 6
Comparativo de aproveitamento do nível 4

Nível – 4										
Total de Inscrito	Total de Aprovado	% de Gênero		Período de Estudo		Escola		Serie		Medalhistas
		Masculino	Feminino	Vesp.	Mat.	Pub.	Priv.	8ª Ano Fundamental	9ª Ano Fundamental	
147	23,80%	62,85%	37,17%	40%	60%	0%	100%	48,57%	51,43%	0

Seguindo o ocorrido na tabela anterior, a tabela 6 confirma todas as situações, sendo 23,80% dos aprovados, predomínio masculino, período matutino, escola privada e maioria do 9ª ano, não obstante ao que foi observado. Não ocorrendo medalhistas nacionais nesse nível.

Tabela 7
Comparativo de aproveitamento do nível 5

Nível – 5										
Total de Inscrito	Total de Aprovado	% de Gênero		Período de Estudo		Escola		Serie		Medalhistas
		Masculino	Feminino	Vesp.	Mat.	Pub.	Priv.	1ª Ano EM	2ª Ano EM	
241	14,52%	54,28%	45,72%	X	X	14,28%	85,72%	X	X	2,85%

Na Tabela 7 seguiu ocorrido das tabelas anteriores, confirmando quase todas as situações, sendo 14,52% dos aprovados, predomínio masculino, sem informação precisa do quantitativo de alunos em seus respectivos períodos de estudo (indicado por X), escola privada e também sem indicação precisa de quantitativo de alunos em cada série (indicado por X), não obstante ao que foi observado nas tabelas anteriores. Com ocorrência de 1 medalhistas nacionais nesse nível, de gênero feminino, contrariando ocorrência majoritária, estudando no período integral, escola privada e do 2º ano do ensino médio.

5. Considerações Finais

Dos alunos que fizeram parte da 1ª Olimpíada Brasileira de Educação Financeira, quase 40.000 mil alunos inscritos nessa primeira edição nacional (dados fornecidos pelo *site* da UFPB), o estado de Mato Grosso do Sul participou com um total de 898 alunos, distribuídos por 6 escolas sendo 3 públicas e 3 particulares. Na fase Regional houve 30 (trinta) medalhistas, dentre um total de 442 (quatrocentos e quarenta e dois) alunos, destacando-se na fase Nacional entre os 69 participantes, com cinco medalhistas.

Através dos dados coletados, constata-se que os alunos de escolas privadas tiveram uma participação maior (pouco mais de 67% dos alunos que participaram foram de escola privadas) e, com isso, rendimento proporcional bem melhor em todos os níveis, em comparação aos alunos de escola pública. No entanto, sem levar em consideração a desigualdade de números, observa-se que tais escolas apresentam um maior interesse em fomentar Educação Financeira e uma melhor qualidade de ensino, podendo-se dizer, com isso, que oferecem maiores oportunidades na disputa das Olimpíadas de seu corpo discente, sendo com isso um fator importante a ser considerado para o desempenho.

Nada obstante, observa-se também que, entre os alunos participantes do gênero masculino tiveram uma nota melhor que as do gênero feminino, fator este que não pode levar a uma conclusão definitiva que distinção de gênero pode ser um fator diferencial na aprendizagem de Educação Financeira, pois são observadas estas variações em muitos níveis diferentes e pode-se levar em conta, nesse caso, o interesse pessoal no assunto.

O período matutino se apresentou como um fator importante na distinção de quem aprende educação financeira, visto que em quase todos os níveis apresentaram melhor colocação de quem estuda no período matutino, excluindo apenas o nível 2 (dois) que apresentou uma taxa de 50% para cada período.

Um fator também muito importante a se considerar é o fato que alunos de séries mais avançadas conseguiram colocações melhores, visto que os conhecimentos acumulados com o tempo e a maturidade dos alunos os levaram ao desempenho melhor, fato este que pode ser facilmente observado nos quadros comparativos apresentados no estudo e em todos os níveis. Contudo esse fator não é absoluto, pois foi observado que alunos de séries menores também conseguiram galgar colocações acima de séries maiores, mas este fato foi pontual e de menor expressão na análise.

Após a análise dos dados, destacam-se os fatores evidenciados nos resultados do desempenho dos alunos na I Olimpíada Brasileira de Educação Financeira no Mato Grosso do Sul foram: escola privada; o período em que o aluno estuda e o gênero que mostrou uma preponderância do gênero masculino nos dados coletados e apresentados.

Sabe-se que, diante de tudo que foi estudado, não é possível esgotar todas as possibilidades de análise, pois esta matéria está sendo introduzida nos currículos escolares e com o passar do tempo esses fatores apresentados podem mudar, ou até mesmo apresentar

outros fatores, contudo abrem-se muitas possibilidades de estudos do assunto, tendo este artigo apenas iniciado as investigações sobre o tema.

Referências

- Almenberg, J., & Säve-Söderbergh, J. (2011). Alfabetização financeira e planejamento de aposentadoria na Suécia. *Revista de Economia e Finanças de Pensões*, 2, 585-598. Recuperado de <https://doi.org/10.1017/S1474747211000497>.
- Atkinson, A., McKay, S., Collard, S., & Kempson, E. (2007). Níveis de capacidade financeira no Reino Unido: Resultados de uma pesquisa de linha de base. *Public Money & Management*, 27, 29-36. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/j.1467-9302.2007.00552.x>.
- Atkinson, A., & Messy, F. (2012). *Medição da alfabetização financeira (documentos sobre finanças, saúde e seguros privados nº 15)*. Documentos de Trabalho da OCDE sobre Finanças, Seguros e Previdência Privada. Paris. Recuperado de <https://doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en>.
- Bassil, R. L. (2018). *A importância da educação financeira*. Paraná: OAB, 2018. Recuperado de <http://www.oabprev-pr.org.br/noticias-detail.php?id=750&tit=artigo-a-importancia-da-educacao-financiera>.
- Botelho, D. R., Silva, L. P., & Lucena, W. G. L. (2019). *I Olimpíada de Educação Financeira do DF*. Distrito Federal: IFB. Recuperado de <http://ifb.edu.br/attachments/article/21140/Folder.pdf>.
- Brito, L. da S., Baptista, J. A., Silva, S. R. da, Braz, S., & Henrique, M. R. (2012). *A importância da educação financeira nos contextos acadêmico e profissional: um levantamento de dados com alunos universitários*. São Paulo: SEGET. Recuperado de <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/49616595.pdf>.
- Buaes, C. S. (2015). *Caderno de educação financeira: Viver bem com o dinheiro que se tem*. Porto Alegre: UFRGS.
- Cartagena, E. (2008). Educação Financeira, como pilar para o desenvolvimento financeiro dos países: uma aplicação para El Salvador. *Questões Econômicas*, 1, Artigo 24. Recuperado de http://www.educacionfinanciera.gob.sv/content/knownus/development_financiero_EN.pdf.
- Coates, K. (2009). *Educação Financeira: Questões e desafios para a América Latina. No Brasil*. OCDE, Conferência Internacional Brasil. Brasil. Recuperado de <http://www.oecd.org/finance/financial-education/44264471.pdf>.
- Costa, F. da S. F. da. (2014). *A classe média no Brasil: Crescimento e vulnerabilidade*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia. Recuperado de http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Flavia_da_Silva_Ferreira_da_Costa.pdf.
- Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010*. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Brasília: Senado, 2010. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm.
- Departamento de Administração e Contabilidade. DAD. *I Olimpíada Brasileira de Educação Financeira e I Olimpíada Mineira de Educação Financeira*. Minas Gerais, 2019. Recuperado de <http://www.dad.ufv.br/?noticias=i-olimpiada-brasileira-de-educacao-financiera-e-i-olimpiada-mineira-de-educacao-financiera>.
- Disney, R., & Gathergood, J. (2011). *Educação financeira e endividamento: Novas evidências para os consumidores do Reino Unido*. Reino Unido: Universidade de

- Nottingham. Recuperado de <https://www.nottingham.ac.uk/cfcm/documents/papers/11-05.pdf>.
- Ferreira, J. C. (2017). A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. *Caderno de Administração*, 1(1). Recuperado de <https://ken.pucsp.br/caadm/article/download/33268/25017>.
- Garay, G. (2015). *Finanças comportamentais, alfabetização financeira e seu impacto na tomada de decisões financeiras, bem-estar econômico e felicidade*. Espanha. Recuperado de http://www.scielo.org.bo/scielo.php?pid=S1994-37332018000100006&script=sci_arttext.
- Gathergood, J. (2012). Autocontrole, alfabetização financeira e superendividamento do consumidor. *Journal of Economic Psychology*, 33, 590-602. Recuperado de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0167487011001735>.
- Gómez, M. (2009). *Educação financeira: Desafios e lições de experiências representativas no mundo*. Recuperado de http://www.proyectocapital.facipub.com/facipub/upload/publicações/1/142/educacion_financial_retos_y_lecciones_franz_gomez.pdf.
- Grifoni, A., & Messy, F. (2012). *Situação atual das estratégias nacionais de Educação Financeira: Uma análise comparativa e práticas relevantes*. OCDE sobre Finanças, Seguros e Pensões Privadas, 15(16), OCDE. Recuperado de <https://doi.org/10.1787/20797117>.
- Hilgert, M. A., Hogarth, J. M., & Beverly, S. G. (2003). *Gestão financeira das famílias: A conexão entre conhecimento e comportamento*. (pp. 89, 309). Buffalo/New York: Fed. Res. Bull. Recuperado de <http://heionline.org/HOL/LandingPage?=hein.journals/fedred89&div=90&id=&page=>.
- Hung, A., Parker, A. M., & Joanne, Y. (2009). *Definindo e medindo a alfabetização financeira (nº WR708)*. EUA: Departamento de Publicações da RAND Corporation, WorkingPapers (Vol. 708). Recuperado de <https://doi.org/10.2139/ssrn.1498674>.
- Jappelli, T. (2010). Alfabetização econômica: Uma comparação internacional. *The Economic Journal*, 1(24. w17077). Cambridge: Bureau Nacional de Pesquisa Econômica. Recuperado de <http://www.nber.org/papers/w17077>.
- Klapper, L. F., Lusardi, A., & Oudheusden, P. Van. (2015). *Alfabetização financeira em todo o mundo: Informações da Pesquisa Global sobre Alfabetização Financeira da Standard & Poor's Services*. Recuperado de <https://www.spglobal.com/corporate-responsibility/global-financialliteracy-survey>.
- Lana, T. P. (2013). *Exclusão financeira e sua relação com a pobreza e desigualdade de renda no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG. Recuperado de https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/AMSA9KHNS3/1/tese_exclus_o_financeira_tonyedson.pdf.
- Lei Estadual n. 5.390 de 06 de setembro de 2019*. Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei n. 1.810, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre os tributos de competência do Estado, e dá outras providências. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, setembro 2019. Recuperado de <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=382233>.
- Lei Municipal n. 6.114, de 2018*. Programa “Educação Financeira na Escola”. Câmara Municipal de Campo Grande. MS: Campo Grande/MS, 2018. Recuperado de http://www.andresalineiro.com.br/leis_propostas/lei-no-6-114-18-institui-o-programa-educacao-financeira-na-escola/.
- Lusardi, A. (2008). *Alfabetização financeira: Uma ferramenta essencial para a escolha informada do consumidor?* Estados Unidos: Bureau Nacional de Pesquisa Econômica. Recuperado de <https://www.nber.org/>.

- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2011). *As perspectivas para a alfabetização financeira* (n^o w17077). EUA: Bureau Nacional de Pesquisa Econômica. Recuperado de <http://www.nber.org/papers/w17077>.
- Lusardi, A., & Scheresberg, C. D. B. (2013). *Alfabetização financeira e empréstimos de alto custo nos Estados Unidos* (n^o w18969). EUA: Bureau Nacional de Pesquisa Econômica. Recuperado de <http://www.nber.org/papers/w18969>.
- Lusardi, A., & Tufano, P. (2009). Ensine os trabalhadores sobre os perigos da dívida. *Harvard Business Review*, 1, 22-24. Recuperado de <https://hbr.org/2009/11/teach-workers-about-the-perils-of-debt>.
- Marshall, E. (2014). *O desafio da educação financeira*. Santiago do Chile: Documentos do Banco Central do Chile, 2, 2-8.
- Moury, Y. (2007). *Projeto de capitalização e redução de vulnerabilidades para os pobres*. EUA: Fundação Ford.
- Oliveira, D. de P. R. de. (1987). *Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. São Paulo: Atlas.
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. OCDE. *Melhorando a alfabetização financeira: Análise de questões e políticas*. Publicação de CODE. Brasil, 2005. Recuperado de http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oced/finance-and-investment/improvingfinancialliteracy_9789264012578-pt#page13.
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. OCDE. *Perspectivas Econômicas da América Latina 2011: Até que ponto a classe média da América Latina*, OCDE Publishing, 2011. Recuperado de 10.1787 / leo-2011-pt.
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. OCDE. *Perspectivas Econômicas de América Latina 2010*. OECD, 2010. Recuperado de 10.1787/9789264076419-es.
- Rooij, V. M., Lusardi, A., & Alessie, R. (2011). Alfabetização financeira e participação no mercado de ações. *Jornal de Economia Financeira*, 449-472. Recuperado de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304405X11000717>.
- Santana, M. V. S. (2014). *Educação Financeira no Brasil: Um estudo de caso*. Belo Horizonte: Centro Universitário um Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração. Recuperado de <http://www.mestradoemadm.com.br/wp-content/uploads/2015/01/Marcus-Vinicius-Sousa-Sant-Ana.pdf>.
- Soares, F. P. (2017). *Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira*. Rio de Janeiro: PUC. Recuperado de http://www.cis.puc-rio.br/assets/pdf/PDF_CIS_1494250389_Fabr%C3%ADcio_Pereira_Soares_-_2017.pdf.
- Stango, V., & Zinman, J. (2009). Viés de crescimento exponencial e finanças domésticas. *The Journal of Finance*, 101, 2807-2849. Recuperado de http://www.dartmouth.edu/~jzinman/Papers/Stango%26Zinman_EG_Bias_HH_Finance_sep08.pdf.
- Universidade Federal da Paraíba. UFPB. Recuperado de <https://www.ufpb.br/>.
- Volpe, R., Kotel, J. E., & Chen, H. (2002). Uma pesquisa sobre alfabetização de investimentos entre investidores on-line. *Jornal de Aconselhamento Financeiro*, 13, 1-16.